

Esta seção destina-se a apresentação abreviada de trabalhos técnicos e acadêmicos ou resumos de dissertações ou teses no campo das Estatísticas Públicas.

A produção de estatísticas com base em registros administrativos: controle e informação.

Dissertação de Mestrado em Ciência da Informação de Oswaldo Guizzardi Filho e Johanna Smit (orient.). ECA/USP, 2004.

A informação é, cada vez mais, um recurso crítico para pessoas e organizações. Com as novas tecnologias disponíveis, torna-se possível acessar, trocar e processar um volume sempre crescente de informação, o que tem levado à reelaboração acelerada do conhecimento e das condições de produção e de vida.

Nesse contexto, as estatísticas – representações numéricas de aspectos do mundo que se quer mensurar – possuem um papel relevante. Produzidas por agências especializadas, as estatísticas são fundamentais para o planejamento e para o controle da atividade de pessoas, governos, sindicatos e de outras organizações, bem como para o trabalho de pesquisadores.

As estatísticas são geradas, em sua grande maioria, a partir de pesquisas que exigem recursos significativos para sua execução. Num momento em que as organizações que as produzem são submetidas a frequentes constrangimentos financeiros, em razão da crise de financiamento por que vem passando o Estado brasileiro nos últimos anos, os registros administrativos devem ser encarados como uma alternativa para a produção de estatísticas,

principalmente no que se refere às relativas aos municípios. Para que essa produção possa se dar com estabilidade e consistência são necessárias, no entanto, medidas que garantam o acesso aos registros administrativos bem como a participação direta das agências produtoras de estatísticas em sua concepção, na implantação dos mecanismos para seu levantamento junto aos informantes e no controle de seus resultados.

Condições de Vida, Desigualdade e Dinâmica Demográfica na Bahia nos anos 90.

Dissertação de Mestrado em Estudos Populacionais e Pesquisas Sociais de José Ribeiro Soares Guimarães e Paulo de Martino Jannuzzi (orient.). ENCE/IBGE, 2004.

As conseqüências do conjunto de políticas de cunho neoliberal implantadas no Brasil nos anos 90 foram bastante nefastas, indo muito além das crises econômicas conjunturais. Isto porque, apesar do “sucesso” alcançado no controle do processo inflacionário, não se logrou a inversão do histórico quadro de pobreza e iniquidade que vem marcando a sociedade brasileira, sobretudo nas últimas décadas. Ao contrário, vivenciou-se um acirramento da exclusão social e da desigualdade, sobretudo nas regiões periféricas, a exemplo do nordeste brasileiro, já que o predomínio das políticas econômicas restritivas e a conseqüente subordinação das políticas públicas da área social culminaram em ações focalizadas e de caráter residual, com pouca efetividade sobre a população socialmente mais vulnerável, predominantemente concentrada nos estados nordestinos.

O caso da Bahia é ilustrativo deste processo e com neste sentido, a dissertação discute, conceitualmente, alguns elementos das abordagens

tradicionais sobre condições de vida, pobreza e desigualdade no Brasil, destacando as principais incongruências que dissimulam o debate sobre essas temáticas no país. A partir daí, apresenta os principais traços e condicionantes estruturais da pobreza e desigualdade na Bahia, enfatizando o perfil da economia estadual, os níveis de concentração da propriedade e as desigualdades regionais. Por fim, traça um quadro da evolução das condições de vida na Bahia, durante a década de 1990, conformado pelas mudanças sociodemográficas recentes e pela configuração das seguintes dimensões: saúde; moradia e infra-estrutura urbana; educação; dinâmica do mercado de trabalho; o desemprego na Região Metropolitana de Salvador; níveis e concentração dos rendimentos e as desigualdades raciais.

Qualidade ambiental urbana em Cidades Médias: proposta de modelo de avaliação para o Estado de São Paulo

Dissertação de Mestrado em Geografia de Patrícia Martinelli e Roberto Braga (orient.). UNESP/Rio Claro, 2004.

O Planejamento, com bases puramente economicistas, mostrou-se ineficaz para solucionar problemas gerados pelo crescimento. A partir dos anos 1970, devido à pressão populacional, acentuou-se a degradação sócio-ambiental nos grandes centros e cidades médias brasileiras. O presente trabalho busca criar um instrumento de gestão territorial, através de indicadores de fontes oficiais para o ambiente urbano. Busca-se, desse modo, possibilitar a comparação da Qualidade Ambiental Urbana em municípios de porte médio. A proposta de Avaliação deve servir como base comparativa para políticas públicas urbanas estaduais.